

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



TCE manda hospital devolver dinheiro ao Estado devido a irregularidades em convênio

Em julgamento de tomada de contas especial, o Tribunal de Contas do Estado condenou o Hospital e Maternidade São Marcos e seu dirigente, José Alberto Borges, a restituírem ao erário R\$ 42.449,66, valor a ser atualizado e acrescido de juros. A determinação foi tomada em sessão plenária e teve como relator o conselheiro Sebastião Tejota, cujo voto foi acompanhado por unanimidade pelos colegas. O procedimento promovido pela Secretaria de Estado da Saúde encontrou irregularidades em convênio firmado com o hospital, o qual não prestou contas e nem devolveu a quantia repassada. Em seu voto, Tejota destacou que "foi constatada a omissão no dever de prestar contas, não havendo, até o momento, elementos capazes de demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos estaduais repassados e que não foram objeto de devolução". Na mesma decisão, foram multados Fernando Passos Cupertino, secretário de Estado da Saúde à época dos fatos, e Idelmar de Paiva Neto, então superintendente de Administração e Finanças da pasta. Cada um deverá promover o pagamento de cerca de R\$ 6,5 mil, tendo em vista a prática de ato de gestão irregular. Todos os envolvidos têm prazo de 15 dias para recolher e comprovar o depósito perante o TCE.





GESTÃO

Saúde censura OS do Hugo e Hutrin

Comissão Especial proibiu direção do Instituto Gerir de passar informações para a imprensa. Pagamentos de fornecedores, servidores e compra de insumos está sendo decidida por esse grupo de servidores



Hélmilton Prateado

Especial para
Diário da Manhã

O Instituto Gerir, que faz a gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO) e do Hospital de Urgências de Trindade (HUTRIN) foi notificado a passar para a assessoria de imprensa da Secretaria de Saúde do Estado (SES) todos os assuntos e demandas envolvendo as duas unidades de saúde. A notificação foi assinada pelos quatro integrantes da Comissão Especial de Fiscalização e Acompanhamento do HUGO.

Uma portaria instituindo a comissão foi baixada depois de uma reunião no Ministério Público com representantes do Estado e a promotora de Justiça Fabiana Zamakoa, que acompanha o desenrolar do problema do HUGO, agravada com a falta de repasses do Estado para a OS que faz a gestão do hospital. Falta de medicamentos, insumos racionados, dificuldade para fazer atendimentos de urgência foram potencializados pela ausência de recursos próprios do Estado.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo): Instituto Gerir foi notificado a passar para a assessoria de imprensa da Secretaria de Saúde do Estado (SES) todos os assuntos e demandas que envolve o Hugo e Hutrin

O Instituto Gerir notificou o Estado de que vai entregar a gestão do HUGO e do HUTRIN, não tendo mais interesse em continuar com os serviços nas duas unidades. No dia 26 de outubro a notificação foi assinada e encaminhada para a direção do Gerir. A lacônica orientação dos integrantes da comissão é para que as direções dos dois hospitais não passem qualquer informação diretamente para os órgãos de imprensa, ao contrário "toda e qualquer comunicação e/ou esclarecimentos deverão ser entregues para a Comissão para divulgação através da Assessoria de Imprensa da Secretaria Estadual da Saúde". Essa comissão tem poder de decidir quem vai receber, quando

sua fatura será paga e sob quais condições será feita a liquidação do débito. Na portaria fica específica sua prerrogativa para definir "a prioridade de pagamentos" e que para isso será observada ordem definida por critério deles. Pela ordem o mais importante é pagar "medicamentos e insumos, inclusive EPI (Equipamentos de Proteção Individual) em quantidade e qualidade necessárias ao atendimento". Segue a portaria definindo que depois vem o salário dos trabalhadores vinculados à prestação dos serviços de saúde e por fim os fornecedores essenciais à realização dos serviços da atividade da unidade hospitalar.

Caso as deliberações da comissão não sejam cumpridas rigorosamente, adverte a portaria, há a possibilidade de "intervenção imediata da SES/GO na unidade hospitalar. Servidores do HUGO relatam que um clima de insegurança e terror foi criado após a instituição dessa comissão para interferir diretamente

na gestão do hospital. "Além de não priorizar a solução dos problemas com o cumprimento do contrato de gestão os indicados pela SES fazem um verdadeiro terrorismo com todos", frisa uma enfermeira que pede anonimato.

CONFLITO

O conflito no HUGO e HUTRIN aumentou depois que o secretário de Saúde, Leonardo Vilela, endossou os poderes concedidos à comissão para tentar resolver o impasse envolvendo os dois hospitais e a Organização Social que faz a gestão. Com a dificuldade de abrir o chamamento para nova OS assumir a gestão e na certeza de que essa definição só ficará para o governo que assumirá em janeiro, Leonardo Vilela chegou a cogitar entregar o cargo para não se indispor ainda mais com a categoria da saúde - ele mesmo é médico de formação. Um colega de secretariado que acompanhou o caso no MP comentou que Leo-

Os servidores da Secretaria Estadual da Saúde que assinam a notificação da censura são os seguintes:

- 1. Luiz Augusto Barbosa
Analista de Gestão Administrativa;
- 2. Warley Syllas Batista de F. Costa
Assistente Técnico em Saúde;
- 3. Genésio Pereira dos Santos Neto
Analista Técnico de Saúde/Médico;
- 4. Neusilma Rodrigues
Assistente de Gestão Administrativa/Enfermeira.



Leonardo Vilela, secretário de saúde: dificuldade com gestão do Hugo

nardo Vilela só não se afastou definitivamente da Secretaria Estadual de Saúde para não perder também o status de presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (Conass). "A validade de presidir o conselho ainda o mantém no cargo, apesar da montanha de problemas envolvendo as OSs da saúde e a pasta", confidenciou esse membro do alto escalão do governo. A dívida do Estado de Goiás para

com as OSs da saúde já betra R\$ 300 milhões e poderá ultrapassar isso até a virada do ano. Sem recursos para pagar o débito o Estado usa a estratégia de importunar a censura e impedir que informações sejam repassadas para a imprensa e não deixar que a população saiba da real situação das unidades de saúde. A dívida financeira e informação negada são o mais recente expediente para não deixar a saúde sair da UTL.

